



FORMAÇÃO DO EDUCADOR SOCIAL E O LUGAR DA EDUCAÇÃO POPULAR FREIRIANA: EXPERIÊNCIAS DA AEPPA

Fernanda dos Santos Paulo¹

Neila Sperotto²

Tamar Gomes de Oliveira Ferreira³

RESUMO: O tema deste artigo versa sobre a Associação de Educadores Populares de Porto Alegre (AEPPA) e as lutas por formação profissional, na perspectiva da Educação Popular. O recorte temático é o educador social na luta por formação, abordando a regulamentação da profissão. A metodologia adotada é bibliográfica, documental e conta com a experiência das autoras com relação ao tema, buscando inspiração em Jara (2006) e de Cendales e Torres (2006). Acredita-se que o primeiro curso superior que trouxe a demanda do educador social foi na Universidade Federal do Rio Grande do Sul; depois, na Pontifícia Universidade do Rio Grande do Sul (PUC/RS), cursos construídos e demandados pela AEPPA, com currículo baseado na Educação Popular freiriana.

PALAVRAS-CHAVE: Educadores Sociais; Educadores Populares; Pedagogia da Educação Popular

1. Primeiras palavras

O texto tem dois objetivos: o primeiro apresentar a Associação de Educadores Populares de Porto Alegre (AEPPA) e o lugar do tema do educador social na luta por formação na perspectiva da Educação Popular. O segundo objetivo é discutir a regulamentação da profissão de educadores e educadoras sociais, com base no Projeto de Lei 2941/2019 e a posição da AEPPA.

Com relação à formação, a AEPPA defende que este é um movimento necessário que precisa emergir dos educadores sociais, profissionais da Educação Não Escolar Institucionalizada e da sociedade, para que seja compreendido a

¹Educadora Popular. Doutora em Educação. Pedagoga. Especialista em Educação popular e Movimentos Sociais. Professora. Militante da Educação Popular na Associação de Educadores Populares de Porto Alegre (AEPPA). Foi educadora Social do SASE, hoje SCFV. Contato: fernandapaulofreire@gmail.com

²Educadora Popular. Assistente Social pela Universidade de Caxias do Sul e Mestre em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Especialização em Serviço Social e Educação. Professora Universitária há mais de 20 anos, com experiência em Coordenação, Pesquisa e Extensão. Militante da Associação de Educadores Populares de Porto Alegre (AEPPA). E-mail: fernandapaulofreire@gmail.com

³Educadora Popular. Pedagoga. Professora. Coordenadora da Educação Infantil Comunitária e possui experiência na coordenação do SASE, hoje SCFV. Militante da Educação Popular e foi uma das fundadoras da Associação de Educadores Populares de Porto Alegre (AEPPA). E-mail: fernandapaulofreire@gmail.com



complexidade e a importância desta profissão. Na AEPPA, desde a década de 1990, observou-se que essa ocupação exige uma formação profissional, tendo em vista a complexidade das suas atividades e a articulação com as políticas sociais.

Nos últimos anos, a necessidade de formação específica para ser educador social tem aparecido nos conteúdos de concursos públicos ou processos simplificados, assim como no desenvolvimento das atividades laborais. Uma boa formação deveria ser condição para acessar a profissão de educador social, a qual trabalha com políticas sociais intersetoriais e formação cidadã de crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos. Mas o que seria uma boa formação?

2. A importância da formação superior para educadores sociais e a Educação Popular

Nesta seção, discutiremos a importância de uma formação superior para educadores sociais na perspectiva da Educação Popular. Na AEPPA, desde a década de 1990, luta-se pela formação dos educadores sociais, que muitas vezes eram denominados como educador de rua, educador do SASE, educador do extraclasses, educador oficinairo, monitor, entre outras nomenclaturas.

A AEPPA, no contexto do Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), da Lei Orgânica da Assistência Social (BRASIL, 1993) e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1996) inicia um movimento em prol da formação de educadores destes trabalhadores. NA AEPPA, estes educadores foram chamados de educadores populares porque atuavam em instituições comunitárias e possuíam vínculo com movimentos populares, além da influência de Paulo Freire, referência da Prefeitura Municipal de Porto Alegre.

As instituições em que atuavam os educadores, das então chamadas creches comunitárias, do Programa de Apoio Socioeducativo⁴ (SASE), do Projeto Ação Rua ou do Movimento de alfabetização, possuíam convênio com a Prefeitura Municipal de Porto Alegre.

⁴ O SASE foi uma nomenclatura do SUAS que ainda é assim chamado, informalmente, em Porto Alegre-RS. Com a nova normativa, a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais que organiza os serviços por níveis de complexidade do SUAS: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) congregando os Serviços de Proteção Social Básica.



A profissão de educador social passa a compor a Classificação Brasileira de Ocupações em 2009. A data deste reconhecimento, os educadores que atuavam no contexto das políticas sociais, em especial da assistência social, puderam ter suas carteiras de trabalho assinadas como educadores sociais. No mesmo ano, o Deputado Chico Lopes apresentou o Projeto de Lei 534/2009 na Câmara dos Deputados para reconhecer a profissão. Depois, um grupo de educadores sociais procurou o Senador Temário Motta para propor um novo projeto de lei para regulamentar a profissão, construindo o Projeto de Lei 328/2015; posteriormente substituído pelo Projeto de Lei 2941/2019. (PAULO, TREVISAN, 2022). Em 2009, este debate chegou na AEPPA e, desde então, começamos a organizar um plano de cursos específicos para educadores sociais, conforme registros históricos de Paulo e Sperotto (2018).

Paulo (2019) contextualiza os projetos de lei que buscam regulamentar a atividade ocupacional dos educadores sociais no Brasil e a defesa da AEPPA neste contexto. Destaca o seguinte com relação à posição da AEPPA:

Quadro 1: Regulamentação da Profissão de Educador Social e O Posicionamento da AEPPA

DO CONTEXTO DE ATUAÇÃO DO EDUCADOR SOCIAL	Defesa da atuação do espaço não escolar em diálogo com outras áreas do conhecimento.	Área: multidisciplinar. Campo: Não Escolar Institucionalizado Trabalho: intersetorial e interdisciplinar.
DA PROPOSTA DE REGULAMENTAÇÃO	Exigência de formação específica, em nível superior tecnológico, com tempo para adequação a nova lei de 10 anos. A AEPPA sugere a Educação Popular como base teórica dos cursos.	
DA FORMAÇÃO	Pedagogia Social na perspectiva da Educação popular; entende-se a pedagogia como ciência da educação e não restrita a docência.	Curso coordenado por duas áreas: Educação e Serviço Social, em diálogo com outras políticas sociais.

Fonte: Paulo (2019) e Paulo e Trevisan (2022).

Os primeiros movimentos da AEPPA por formação destes educadores não foram cursos específicos da profissão de educador social, até porque a profissão ainda não existia. As primeiras lutas da AEPPA por formação deram-se na década de



1990, especialmente por conta do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996).

A proposta da AEPPA era de cursos de nível médio e pedagogia na perspectiva da Educação Popular; cursos com currículo que dialogue com o contexto do trabalho dos educadores, seja do contexto escolar ou não escolar (PAULO, 2013). É, neste momento histórico, que a AEPPA, como movimento de luta por valorização, reconhecimento e por formação de educadores populares aparece como novo sujeito político na capital gaúcha.

O resgate destas lutas em prol da formação, valorização e reconhecimento profissional dos educadores sociais pode ser conferida em Paulo (2010, 2013, 2019, 2021), Ferreira (2010), Paulo, Conte e Bierhals (2023), Fuhrmann e Paulo (2014), Paulo e Sperotto (2018), Silva e Paulo (2021) e Paulo e Trevisan (2022). Nestes trabalhos, teremos algumas informações importantes, como pode ser observado no quadro que segue:

Quadro 2: AEPPA, Educação Não Escolar e Educadores Sociais

Assim, mais uma vez a região Glória, a partir desses **movimentos de educação não escolar** com seus educadores/as leigos/as e demais movimentos sociais lutaram pela importância também da formação dos/as educadores/as do MOVA, bem como do **SASE**, que primeiramente era chamado de **extraclasse**, hoje denominado **Serviço de Atendimento Socioeducativo em meio aberto** – SASE. Posteriormente foram implantados programa educativo para adolescentes dos 14 anos aos dezoito incompletos, cujo projeto denomina-se “**Trabalho Educativo**”. (...). Esses educadores/as somaram-se na luta por formação. (PAULO, 2010, p.26-27).

O presente trabalho destaca a importância da **Associação de Educadores Populares de Porto Alegre (AEPPA)**, um movimento social organizado por educadoras e educadores que atuam em creches comunitárias, **programas SASE (Serviço de atendimento sócio educativo em meio aberto)** e MOVA (Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos), suscitando o processo de organização e construção de projetos de formação, **com viés na Educação Popular** e identificando na prática cotidiana a relevância da formação acadêmica, como aponta a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de 1996. (FERREIRA, 2010, p.12).

A conquista da “consciência crítica” implicava em união e organização que viesse a contribuir para a constituição da associação e de seus **projetos de formação**, contemplando, “educadores que trabalhavam nas instituições comunitárias desenvolvendo **EP**”, nos seguintes espaços: “[...] creches, **SASEs**, movas, oficinas e atuantes em trabalhos sociais voluntários relacionados com **a Educação Popular**” (AEPPA, REGIMENTO). (PAULO, 2013, p.32).

Talvez, um dos limites da construção de uma pedagogia social no Brasil seja, justamente, o abandono do termo educação popular, substituindo-o por educação social (RIBEIRO, 2006). Sendo, assim, deixamos o questionamento: como a **pedagogia social brasileira**, no contexto da América Latina, pode representar uma **perspectiva crítica e contra hegemônica**, sem importar modelos pré-concebidos? (PAULO; CONTE; BIERHALS, 2013, p.140).



Há cerca de duas décadas, vislumbra-se uma força-tarefa integralizada entre a **assistência social e a pedagogia**, com vistas à organização, sistematização e qualificação da educação não formal no país. Deste esforço surgiu o Serviço de Apoio Socioeducativo em meio aberto (Sase) e, mais recentemente, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos alinhado às políticas do Ministério do Desenvolvimento Social. São protagonistas desse processo as classes populares que **lutam por espaços educativos de qualidade** para seus filhos, as instituições beneficentes ligadas a ações assistenciais e os **movimentos de classe** como, por exemplo, a **Associação de Educadores Populares de Porto Alegre (AEPPA)**. (FUHRMANN E PAULO, 2014, p.555).

O presente texto recupera a história do primeiro curso intitulado como **Formação de Educadores Sociais com perspectiva na pedagogia freiriana** e na educação popular. O Curso é fruto da demanda de educadores vinculados na **Associação de Educadores Populares e Porto Alegre (AEPPA)** no ano de 2009 sendo executado pelo Instituto Social Brava Gente a partir de 2010. (PAULO; SPEROTTO, 2018, p. 1).

Na **AEPPA**, há um esforço de concatenar a **Educação Popular nos diferentes contextos educativos**, cuja luta pedagógica e política está intimamente ligada aos projetos de sociedade. Nessa linha, a **Educação Popular** perpassa por um projeto de sociedade não capitalista. Assim sendo, a Educação Popular é uma concepção de educação que pode estar inserida nos debates sobre **educação não escolar e formação de educadores sociais**. (PAULO, 2019, p.313).

Os participantes do nosso estudo, vinculados ao **Grupo de Estudos e Pesquisa Paulo Freire e Educação Popular da AEPPA**, foram entrevistados nos locais previamente agendados. As atividades de que os educadores sociais participam e que foram acompanhadas ocorreram na **AEPPA** e no curso de educadores sociais. Todos os participantes estão vinculados ao **Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos**, e as questões elaboradas para a entrevista semiestruturada contemplaram temas sobre formação e demandas formativas a partir do trabalho, relacionando a luta dos movimentos sociais filiados à temática da educação. (PAULO; SILVA, 2021, p.149).

(...) cursos de extensão para educadores sociais, organizados pela AEPPA em parceria com instituições públicas de educação e organizações populares. (PAULO, 2021, p.56).

Paulo (2013) relata que a demanda pela **formação de educadores sociais na universidade pública** tem sido uma luta da Associação de Educadores Populares de Porto Alegre (AEPPA). O movimento de educadores busca um diálogo com a “UFRGS para a construção de um **curso de Pedagogia Social com ênfase em Educação Popular**”. (PAULO, 2013, p. 62), cuja “demanda surgiu nas formações realizadas na AEPPA”, desdobrando-se em “uma agenda com o diretor da faculdade de Educação” (PAULO, 2013, p. 62), quando foi entregue um documento em 2012 (16 de abril de 2012). (PAULO, TREVISAN, 2022, p. 239).

Fonte: Pesquisa Bibliográfica.

Nos registros que possuímos, os primeiros movimentos foram de formação em nível médio normal, como coloca Ferreira (2010, p.37):

Após a primeira conquista, entre os anos de 2001 a 2005 trezentos e vinte educadores, atuantes em **programas sociais e assistenciais**, em creches, em **Serviço de Atendimento Sócio - Educativos - SASES**, Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos - MOVA, **oficineiros de Capoeira, de Música, Artes**, concluíram suas formações em nível técnico/Curso Normal. (grifos nossos).



Na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), a AEPPA conquistou o curso de Pedagogia com currículo com base na Educação Popular. Luís Pedro Fraga em entrevista para Paulo (2013) explana que:

A AEPPA tem um grande papel na formação de educadores populares em serviço. Dos 150 educadores, 117 colaram grau os que não concluíram foi por motivo de doença ou outros problemas. **Este curso era para educadores populares das instituições comunitárias,** tínhamos aulas pela manhã e pela tarde por 4 anos e meio. É bom lembrar que a UERGS foi criada no governo Olívio. (grifos nossos).

Para efeitos de registro, e tomando como horizonte a Sistematização de Experiências de Oscar Jara (2006) e de Cendales e Torres (2006), compartilhamos além de nossos registros pessoais, documentos e publicações resultantes de pesquisas sobre o que vivemos, fazemos e apostamos no campo da Educação Popular. Para Jara (2006), a Sistematização de Experiências possibilita a construção de um novo conhecimento, a partir da reconstrução da experiência que queremos recuperar, cujo processo torna-se um espaço formativo (CENDALES; TORRES, 2006). Sendo assim, compartilhamos alguns dos registros da AEPPA quanto à formação de profissionais que trabalham em contextos escolares e não escolares, como o caso dos educadores sociais. Nas figuras abaixo, publicada em jornais, verificamos a luta da AEPPA por formação em nível médio e superior, levando a Educação Popular como práxis. As imagens a seguir comprovam a presença do educador social nas lutas da AEPPA por formação.

Figura 1: Formação na agenda de luta da AEPPA, Jornal Correio do Povo

ENSINO SEGUNDA-FEIRA, 2 de janeiro de 2006 — 3

Educador popular busca formação

Estudos no Ensino Médio/Magistério e na universidade qualificam profissionais de Porto Alegre

Maria José Vasconcelos

Com o Ensino formal e a rede de assistência em descompasso com o crescimento urbano e social, instituições comunitárias têm buscado alternativas para a superação de obstáculos diários. Em Porto Alegre, nos últimos anos, comunidades organizadas abriram espaço à atuação dos educadores populares, que hoje já superam o mero atendimento a uma necessidade comunitária específica, partindo para a conquista por capacitação profissional. Ensino Médio com formação em Magistério e estudos em nível Superior público e privado são vitórias que fecham o ano contabilizando sucesso e projetando avanços (tabela).

A presidente da Associação dos Educadores Populares de Porto Alegre (Aeppa), Tamar Gomes de Oliveira, lembra que a entidade, que completou 10 anos congregando cerca de 300 sócios, teve sua criação ligada às discussões nacionais da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB/96), que, entre outras questões, deliberou sobre a importância da formação docente. Com ação voltada a garantir condição de trabalho e capacitação, especialmente a educadores de creches, a Aeppa tem obtido êxito também no apoio a trabalhadores de Educação de Jovens e Adultos (Mova e Seja), de reforço escolar, atendimento socioeducativo, oficinas ligadas à rede de assistência e Educação comunitária. Convênios com a prefeitura da Capital permitiram o funcionamento e a ampliação de diversas entidades em comunidades.

Em 2001, após fases de organização, debates e tratativas, parceria com o poder público viabilizou o ingresso da 1ª turma de educadores populares no curso de Ensino Médio/Magistério da Escola Municipal Emílio Meyer. No ano seguinte, a oferta de vagas para a formação de professores foi estendida na Escola Municipal Liberato Salzano. Em 2004, Tamar integrou a primeira turma de educadores que se formaram no Magistério. Entre estudantes e formados nessa área, nas duas escolas, totalizam cerca de 600 educadores. No Ensino Superior, as vagas iniciais foram conquistadas em 2002, na Uergs. As perspectivas acadêmicas, pelos convênios já firmados e em negociação, giram em torno de 300 vagas.

No final de dezembro último, a Uergs renovou o convênio, assegurando os estudos em andamento, mas Tamar revela que não foram abertas mais turmas na Universidade Estadual. Com o IPA, as bolsas em filantropia deste ano devem ser ampliadas em 2006, com oportunidade de estudos em diversos cursos, não só de licenciatura. Na PUC, está em fase de negociação e ajuste a criação do curso de Pedagogia/Educação Infantil e em Anos Iniciais com referencial em Educação Popular. E o acordo mais recente foi estabelecido com o Instituto Superior de Educação do Sévigné (Ise), aberto em 2005, mas já oferecendo uma de suas 80 vagas para educador popular.

Ano	Instituição de Ensino	Vagas
2001	Escola Munic. Emílio Meyer	90 (anual)
2002	Escola Munic. Liberato Salzano	45 (anual)
2002	Uergs	150 (p/ 4 anos)
2005/2006	IPA	18 (2ª sem. 2005) 23 (1ª sem. 2006)
2006	Ise (Sévigné)	11 (1ª sem. 2006)
2006	*PUCRS	120 (anual)

* Convênio em estudo para possível oferta de vagas em 2006

Fonte: Acervo das autoras.

Figura 2: Curso conquistado pela AEPPA

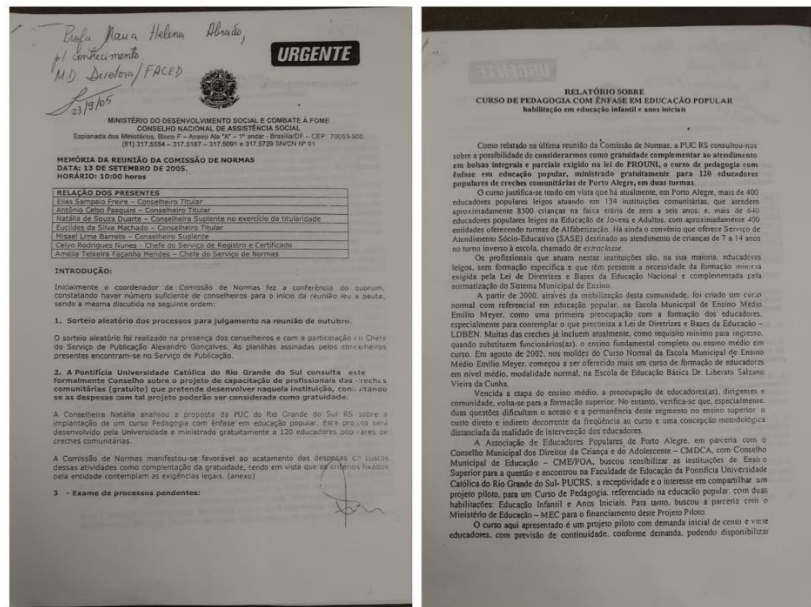
Universidade gaúcha terá curso de pedagogia com ênfase em educação popular

Brasília - O convênio para criação de um curso superior de pedagogia com ênfase em educação popular na Pontifícia Universidade do Rio Grande do Sul (Puc/RS) será assinado nesta segunda-feira (23) em Porto Alegre (RS). Com currículo diferenciado, o curso atenderá às necessidades dos movimentos sociais e oferecerá 120 bolsas para educadores populares.

A assinatura do convênio entre o Ministério da Educação, a Puc/RS e a Associação de Educadores Populares de Porto Alegre será às 9 horas, na sede da Puc no Bairro Paternon. Participará da solenidade o secretário executivo do MEC, Jairo Jorge da Silva.

Fonte: <<http://gestauniversitaria.com.br/artigos/universidade-gaucha-tera-curso-de-pedagogia-com-ênfase-em-educacao-popular>>

Figura 3: Documento AEPPA e PUCRS, curso Pedagogia com ênfase em Educação Popular



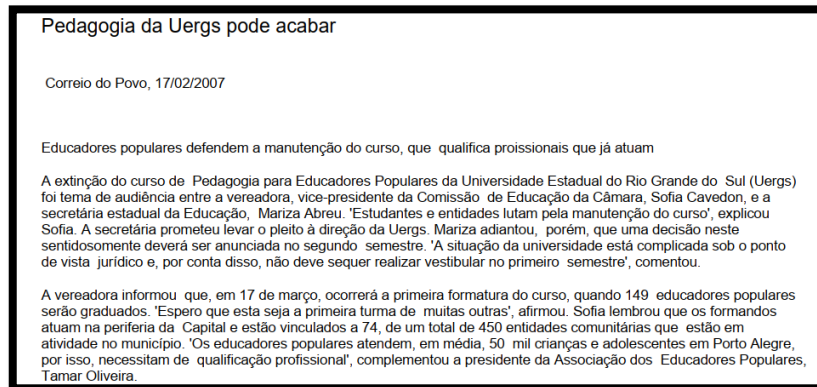
Fonte: Acervo das autoras.

Figura 4: Luta pela formação inicial, jornal da prefeitura de POA.



Fonte: Acervo das autoras.

Figura 5: Luta pela continuidade da UERGS jornal Correio do Povo



Fonte: Acervo das autoras.

Voltando ao tema da regulamentação da profissão do educador social, o projeto do Senador Temário Motta propõe um curso superior na área da educação como critério mínimo de escolaridade exigido para exercer a função. Neste caso, a AEPPA concorda que é necessário um curso específico, mas que ele deve ser oferecido pelas instituições públicas de educação. Entendemos que a profissão de educador social exige um processo de formação que perpassa pelas políticas sociais, pela sociologia e filosofia política, pela antropologia, pela psicologia social, pelas metodologias de Educação Popular, pelo reconhecimento do campo da Educação Não Escolar, pela identidade profissional entre outros temas.

No Brasil, as profissões são legitimadas pelo próprio grupo que compõe a profissão, e é o que verificamos no contexto dos educadores sociais, pois existe uma forte mobilização, sobretudo desde 2016⁵, com a constituição de fóruns, coletivos e grupos no WhatsApp para debater a regulamentação da profissão. A AEPPA, nos últimos anos, tem realizado, além dos cursos para educadores sociais na perspectiva da Educação Popular, encontros temáticos sobre o tema.

3. Educação Popular e Educadores Sociais

Há 13 anos, a AEPPA, junto com o Instituto Social Brava Gente e outras instituições públicas e movimentos populares, oferece o curso livre ou de extensão

⁵ Em 2016 foi criado o Fórum Estadual dos Educadores Sociais do Paraná.



para educadores sociais na perspectiva da Educação Popular. Em todos os cursos, Paulo Freire é um autor estudado.

Essa breve introdução nos convida a nos posicionarmos quanto à nossa compreensão sobre Educação Popular. Para Torres (2008), Streck (2010, 2014) e Mejía (2013), a Educação Popular representa a construção de um pensamento pedagógico latino-americano libertador. Na AEPPA, também temos utilizado a Educação Popular fundamentada em Paulo Freire e Carlos Rodrigues Brandão, cujas definições são: a Educação Popular “como um movimento de trabalho político com as classes populares através da educação” (BRANDÃO, 2006, p. 75) e de Paulo Freire (1993) que traz a relação entre a Educação Popular e à competência científica dos educadores.

Assim sendo, na Associação de Educadores Populares de Porto Alegre, existe uma história de luta por formação de educadores, entre estes está o educador social. Desde 2009, oferecemos curso livre ou de extensão, gratuitos, na perspectiva da Educação Popular como instrumento de luta e fortalecimento destes trabalhadores. Dentre os conteúdos trabalhados, tratamos da regulamentação da profissão de educadores sociais, da pedagogia de Paulo Freire, da história da Educação Popular, das políticas sociais, dos movimentos populares, do Sistema de Garantia dos direitos, da Educação Não Escolar Institucionalizada e do papel político-pedagógico do educador social na condução das atividades educativas.

No caso de Paulo Freire, fazemos o uso de vários de seus livros, em especial, o livro *Educadores de Rua: uma abordagem crítica* (FREIRE, 1989). Neste livro, encontramos uma proposta pedagógica de trabalho, ancorada na Educação Popular, como por exemplo: “o educador poderá propiciar condições para efetivar situações grupais autênticas onde se possa captar as expectativas, histórias de vida, valores, etc., através da real participação do menor.” (FREIRE, 1989, p. 13) e “para acolher o menor em sua totalidade, o educador precisa estar livre de preconceitos e tabus impostos pela sociedade classista”. (FREIRE, 1989, p. 13). Enfatiza que “o educador ou educadora de rua tem de, em sua ação educativa, desafiar os meninos a que ganhem a compreensão crítica dos limites de sua prática.” (FREIRE, 1989, p. 29).

Outros apontamentos nesta obra contribuem para reforçar que Paulo Freire tem contribuições importantes para o processo de elaboração de propostas de cursos de formação superior para educadores sociais. Curiosamente, Paulo Freire não



menciona a expressão “educador social” e “educação social”. Utiliza a palavra educação, sem adjetivos, neste livro.

Por fim, na AEPPA, não utilizamos a expressão “educação social” como concepção de educação, pois nossa opção é a Educação Popular Freiriana. Concernente ao campo de atuação do educador social, acreditamos que o espaço é não escolar institucionalizado, pois tem formalidades e está relacionada a uma política pública, com horários estabelecidos, documentos orientadores e atividades educativas estabelecidas em cadernos orientadores de atividades educativas a ser desenvolvidas, como, por exemplo, no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV).

Muitos dos educadores sociais (profissionais da Educação Não Escolar, vinculado especialmente na política da assistência social) consideram-se igualmente educadores populares. Por educador popular entendemos uma opção política e pedagógica de militância na e pela Educação Popular. Não existe a profissão de educador popular. Temos professores, educadores sociais, pesquisadores, agentes comunitários de saúde, assistentes sociais e lideranças comunitárias que se identificam como educadores sociais. Um educador social (profissão) pode se considerar um educador popular pela militância na Educação Popular que não significa ser voluntário ou fazer ação de caridade; é ter um engajamento político e pedagógico na e através da concepção de Educação Popular. Por Educação Popular freiriana compreendemos que ela é um movimento pedagógico e político contra-hegemônica, nascido da pedagogia libertadora de Paulo Freire.

O educador popular é militante da Educação Popular, que, desde os anos de 1960, além de lutar por um mundo justo para todas as pessoas, é um defensor da política pública social, da justiça social, da democracia e da participação. A militância na Educação Popular requer engajamento político e ciência de qual projeto de sociedade defendemos. Este é o grupo que constitui a AEPPA, com existência de mais de 30 anos. São educadores populares com diversas ocupações profissionais, em contextos da educação escolar e da Educação Não Escolar.

Considerações finais



É interessante destacar o que Souza, Paiva Natali, Müller e Bauli (2014) assinalam quanto o referencial teórico do trabalho do educador social no Brasil, colocando que as bases da Educação Popular se constituí seu principal referencial. Concordamos e defendemos a importância do legado da Educação Popular na construção dos cursos de formação profissional, em nível superior, para educadores sociais.

A recuperação de documentos, a revisão de literatura e recuperação coletiva de memórias contribuiu para que possamos afirmar que o primeiro curso superior que trouxe a demanda do educador social foi na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS) e depois na Pontifícia Universidade do Rio Grande do Sul (PUC/RS). Em ambos, a demanda era para formação de educadores de creches, dos educadores da Educação de Jovens e Adultos (MOVA e SEJA), educadores do extraclasse, educador de rua, educador de atendimento socioeducativo, oficinas ligados à rede da assistência social e da educação comunitária.

Em 2017, um grupo de educadores sociais, vinculados ao Fórum de Educadores Sociais do Paraná (FESP-PR), conquistou o primeiro curso superior específico em educador social do Brasil: o curso tecnólogo de Educador Social da Uninter⁶.

Ainda não temos nenhum curso superior específico ofertado em instituições públicas, mas a AEPPA tem reivindicado em universidades (FERREIRA, 2010, PAULO, 2013) e Institutos Federais (PAULO; TREVISAN, 2022). A proposta é construir um curso com currículo baseado na Educação Popular Freiriana e inspirado na pedagogia da alternância com três tempos: tempo instituição de educação superior; tempo comunidade e tempo trabalho.

Desde o início de 2022, a AEPPA tem dialogado com o Instituto Federal do Rio Grande do Sul, campus Canoas, a respeito da graduação em “Educação Social”, como consta no catálogo de curso tecnólogos. Foram realizadas várias reuniões e existe um projeto de curso construído, o qual contou com um Grupo de Trabalho constituído por educadoras com experiências na Educação Não Escolar, na Educação Popular e com políticas sociais. Todos os componentes do grupo têm experiência como educadores sociais ou com a formação de educadores sociais.

⁶ Saber mais ver matéria no site da Uninter: <<https://www.uninter.com/noticias/brasil-agora-tem-curso-superior-de-educador-social>>



Na AEPPA, existe um Grupo de Estudos e Pesquisa denominado “Paulo Freire e Educação Popular” que congrega o núcleo chamado de formação política. Este grupo vem trabalhando na construção do curso no Instituto Federal do Rio Grande do Sul. Acreditamos que, para haver a exigência de formação superior para a profissão de educador social, é necessária a oferta gratuita de cursos específicos.

Por fim, a AEPPA aposta que a construção coletiva de cursos para formação de educadores é uma forma de diálogo fecundo entre universidade e movimento popular. É, na visão da pedagogia de Paulo Freire, fazer a ruptura das formas tradicionais de construção de conhecimento. Certamente, os educadores sociais que vem participando das atividades da AEPPA já compreendem que a perspectiva da Educação Popular freiriana exige participação, apostas, escolhas, compromissos e ousadia. Escrever este artigo demandou de nós entendermos que a sistematização das nossas experiências faz parte do registro da trajetória de um coletivo que ainda é invisibilizada na história da educação e de que a partilha de experiências coletivas contribui para dar visibilidade para movimentos como a AEPPA. Igualmente, estamos utilizando a ferramenta da Sistematização de Experiências para produzir conhecimento apoiado nas práticas educativas em Educação Popular. Está aí o que seria uma boa formação: aquela construída coletivamente, baseada na realidade concreta do trabalho dos educadores sociais – um comprometido diálogo, mediado pela práxis pedagógica da Educação Popular Freiriana.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é a educação popular?** São Paulo: Brasiliense, 2006.

BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providencias. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 jul. 1990.

BRASIL. Lei n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providencias. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 8 dez. 1993.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.



FERREIRA, Tamar Gomes de Oliveira. **A Associação de Educadores Populares de Porto Alegre e a formação para e na cidadania: O Educador Popular em discussão.** Trabalho de conclusão do curso de Pedagogia. Porto Alegre: FAE/SÉVIGNÉ, 2010.

FUHRMANN, Nadia; PAULO, Fernanda dos Santos. **A formação de educadores na educação não formal pública.** *Educ. Soc.*, Campinas, v. 35, n. 127, p. 551-566, abr.-jun. 2014.

FREIRE, Paulo. **Educadores de Rua: uma abordagem crítica.** Projeto Alternativas de atendimento aos meninos de rua, N.º 1. Bogotá: UNICEF/SAS/FUNABEM, 1989.

FREIRE, Paulo. **Política e educação.** São Paulo: Cortez, 1993.

JARA, Oscar. **Para sistematizar experiências.** Ministério do Meio Ambiente. Brasília: 2006.

MEJIA, Marcos Raul. Posfácio. **La educacion popular: Una construccion colectiva desde el sur y desde abajo.** In: STRECK, Danilo.; ESTEBAN, Maria Teresa. (Org.). *Educação popular: lugar de construção social coletiva.* Petrópolis: Vozes, 2013. p. 369-398.

SOUZA, Cleia Renata Teixeira de; PAIVA, Jacyara; NATALI, Paula Marçal; BAULI, Regis Alan; MÜLLER Verônica Regina. **A atuação profissional e formação do educador social no Brasil: uma roda da conversa.** *Interfaces Científicas-Educação*, v. 3, n. 1, p. 77-88, 2014.

PAULO, Fernanda dos Santos; SPEROTTO, Neila. **Trajetória do curso de formação de educadores sociais em Porto Alegre: Educação Popular e Pedagogia Freiriana.** *GESTÃO UNIVERSITÁRIA*, v. 10, p. 1-14, 2018.

PAULO, Fernanda dos Santos. **Educação Popular no cenário gaúcho: contribuições para a formação de educadores sociais.** *Revista COCAR*, Belém, V.13. N.25, p. 307 a 324 – Jan./Abr. 2019.

PAULO, Fernanda dos Santos. **Educação Popular e Educadores Sociais: fazendo aulas com Cartas Pedagógicas.** *Relem*, Manaus (AM), v. 14, n. 23, jul./dez. 2021.

PAULO, Fernanda dos Santos; Trevisan, Elisângela. **Educador Social E Educador Popular: pautas da Formação Acadêmica-Profissional.** *Revista Panorâmica*, online, [S. l.], v. 35, 2022.

PAULO, Fernanda dos Santos; SILVA, Elenita Lopes da. **Educação Popular e educadores sociais nas universidades: a luta dos Movimentos Sociais.** *Contexto & Educação.* Editora Unijuí • ISSN 2179-1309. Ano 36. nº 115 • Set./dez. 2021.

STRECK, D. **Entre emancipação e regulação: (des)encontros entre educação popular e movimentos sociais.** *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro. v. 15, n. 44, maio/ago., 2010.



Pensar para transformar o mundo

cafecompaulofreire@gmail.com

STRECK, Danilo Romeu. et al. **Educação popular e docência**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

TORRES, Alfonso Carrillo; CENDALES, Lola. **La sistematización como experiencia investigativa y formativa**. La Piragua: Revista latinoamericana de educación política. No.23, 2006. p. 29-38.

TORRES. Alfonso Carrillo. **La educación popular**: trayectoria y actualidad. Bogotá: El Buho, 2008.